



RELAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE DEMÔNIOS E SANTAS: REFLEXÕES SOBRE O PATRIARCADO E O LUGAR DA MULHER A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Camila Vaz Abeche*
Clarissa De Franco**
Blanches de Paula***

RESUMO

O objetivo do trabalho é realizar uma reflexão teórica sobre como a participação de mulheres em movimentos da Teologia Feminista da Libertação poderá ser um reforçador contra a lógica patriarcal que mantém as violências contra as mulheres. O método adotado foi delineamento qualitativo com estudos da Teologia da Libertação, assim como a Psicologia da Libertação, tendo Leonardo Boff, Ivone Gebara e Ignacio Martin-Baró como referenciais teóricos. Esta pesquisa revelou que ainda se faz presente, tanto na sociedade, como em espaços religiosos, crenças patriarcais, muitas destas vinculadas às imagens que foram corrompidas de mulheres no Cristianismo, como Maria Madalena. Há necessidade de trabalhos comunitários

* Experiência em Saúde Pública (SUS). Mestrado em Psicologia da Saúde – UMESp; Doutoranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Professora de Docência em Psicologia na UMESp e na FMU

** Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. mestra e doutora em Ciência da Religião pela PUCSP, finalizando segundo Doutorado em Psicologia, com Pós-Doutorado em Estudos de Gênero pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, Argentina, e Estágio Pós-Doutoral em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC.

*** Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1997) e Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2009). Fez estágio de pós-doutoramento em Teologia na Candler School of Theology em 2016. Atualmente é professora assistente da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), coordenadora do programa de formação e do curso presencial do Curso de Teologia.



aliados à Teologia da Libertação Feminina Laica e, desta forma, maior conscientização dos direitos enquanto cidadãs.

Palavras-chave: Mulheres; Teologia da Libertação; Patriarcado.

DIALOGICAL RELATIONS BETWEEN DEMONS AND SAINTS: REFLECTIONS ON PATRIARCHY AND THE PLACE OF WOMEN FROM LIBERATION THEOLOGY

ABSTRACT

The goal of this work is to carry out a theoretical reflection on how the participation of women in movements of liberation theology can be a reinforcer against the patriarchal logic that maintains violence against women. The adopted method was a qualitative design with Liberation Theology studies, as well as Liberation Psychology, having Leonardo Boff, Ivone Gebara and Ignacio Martin-Baró as theoretical references. This research revealed that patriarchal beliefs are still present, both in society and in religious spaces, many of which are linked to images that have been corrupted of women in Christianity, such as Mary Magdalena. There is a need for community work allied to the Laic Feminine Liberation Theology, and thus greater awareness of rights as citizens.

Keywords: Women; Liberation Theology; Patriarchy.

RELACIONES DIALÓGICAS ENTRE DEMONIOS Y SANTOS: REFLEXIONES SOBRE EL PATRIARCADO Y EL LUGAR DE LA MUJER DESDE LA TEOLOGÍA DE LA LIBERACIÓN

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es realizar una reflexión teórica sobre cómo la participación de las mujeres en los movimientos de la teología Feminista de la Liberación puede ser un refuerzo frente a la lógica patriarcal que mantiene la violencia contra las mujeres. El método adoptado fue un diseño cualitativo con los estudios de Teología de la Liberación, así como de Psicología da La Liberación, teniendo como referentes teóricos a Leonardo Boff, Ivone Gebara e Martin-Baró. Esta investigación reveló que las creencias patriarcales aún están presentes, tanto em la sociedad, como en los espacios religiosos, muchas de las cuales están vinculadas a imágenes que se han corrompido de la mujer en el Cristianismo, como María Madalena. Es Necesario un trabajo comunitario aliado a la teología de la Liberación Femenina, y por ende una mayor conciencia de los derechos como ciudadanas.

Palabras clave: Mujeres; Teología de la Liberación; Patriarcado.



INTRODUÇÃO

Mulheres sempre são julgadas socialmente por seus comportamentos e consideradas como subversivas quando não se enquadram à lógica dominante, que foi e continua sendo a perspectiva patriarcal, o que faz com que muitas mulheres ainda sejam expulsas de espaços sociais.

A partir da lógica Cristã, a figura de Eva, que é por muitos considerada como a primeira mulher, não apenas foi expulsa do Éden, mas carregou, desde sempre a responsabilidade de ser a culpada pela saída do paraíso devido ao pecado original, o que tem corroborado para a continuidade de ideologias opressivas com relação à figura feminina que se dá de diversas maneiras, como a construção atual de partidos políticos com uma retórica patriarcal e misógina, por isto a urgência de uma reconstrução de valores sociais que possibilite que mulheres sejam livres em suas escolhas sem julgamentos moralistas (Ivone GEBARA, 2020, p. 6).

Este processo de dominação de corpos femininos foi uma estratégia de muitas sociedades patriarcais, visto que mulheres muitas vezes eram compreendidas como seres demoníacos por seus conhecimentos sobre ervas naturais e, especialmente, sobre corpo da mulher, sendo a Igreja Católica uma das “raízes” destes processos de perseguições e Inquisições, sob o discurso de educar e adestrar seus comportamentos e sexualidades inadequadas (Silva FEDERICI, 2017, p. 292).

Desta forma, o que se percebe atualmente é que mulheres continuam sendo julgadas e culpabilizadas pelas violências sociais e domésticas que sofrem, pois há uma construção ideológica de que mulheres são provocadoras e que precisam ser castradas e vigiadas pelos mesmos homens que as violentam, para que desta forma não consigam ultrapassar da submissão para o lugar de poder (Michelle PERROT, 2017, p. 153,154).

Esta se torna uma justificativa ainda utilizada sobre a necessidade do uso da violência contra corpos femininos como uma estratégia de homens, e se é para um propósito educativo, a violência torna-se legítima, fazendo com que muitas mulheres acreditem que são merecedoras destas formas de educações punitivas (Heleieth Iara Bongiovani SAFFIOTTI, 1987, p.35).



Há que se pensar que seus corpos ainda são usados como espaços políticos de domínios do Estado da e Igreja, especialmente nas sociedades pós-coloniais e capitalistas. Conforme Vergès (2020, p. 27) “(...) também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo.” Com isto é urgente repensar um cuidado ético-político, que seja libertador e transformador da sociedade capitalista em comunidades anti-patriarcais (Rita SEGATO, 2012).

As mulheres precisam sempre escolher quais caminho irão seguir, pois se forem independentes e autônomas serão vistas como subversivas, “bruxas ou demoníacas”, que, em uma linguagem atual, influenciadas por valores machistas, são consideradas como “vadias, prostitutas”, pois muitas lutam pelo direito de viver uma sexualidade livre e sem tabus (Debora Luciene Porto BOENAVIDES, 2019). E, assim, o direito ao corpo e ao aborto democrático são temáticas defendidas por alguns militantes, que buscam independência do colonialismo, visto que “(...) É a luta pelas mulheres que movimenta suas trajetórias. E abdicar de uma vivência prosaica para a maioria das mulheres representa colocar em segundo plano questões íntimas como a maternidade, além da coragem de se expor a estigmas socialmente enraizados.” (Marcela Boni EVANGELISTA, 2020, p. 9).

O outro caminho a seguir é serem “belas, recatadas e do lar”, o que as colocam no espaço das ideologias dominantes de sociedades patriarcais, mas, por outro lado, não menos suscetíveis às violências domésticas, visto que a passividade não é sinônimo para a não violência, conforme mostram os estudos sobre feminicídio e o uso do fogo como estratégia de poder perante o corpo feminino (Mônica CAICEDO-ROA et al; 2022).

Mesmo com estas relações dialógicas que “atravessam” as performances das mulheres na sociedade contemporânea, estas continuam a lutar por um espaço de fala por meio de participações de movimentos, organizações sociais, político e religiosas, visto a necessidade urgente de emancipação destas e a construção de novos movimentos religiosos



feministas que atuem em prol de uma libertação de fé cega e fatalista (Isabella Lopes de ARANTES, 2022).

Muitas mulheres ainda acreditam serem as responsáveis pelas violências sofridas, pois há um discurso dominante, como em grupos religiosos pentecostais e carismáticos (Elizabete BICALHO, 2001), que inviabilizam o lugar de fala da mulher, colocando estas como a representação de culpadas, o que corrobora para uma cultura sexista e patriarcal (Bell HOOKS, 2018, p. 77).

Esta culpabilização das mulheres ocorre em muitos espaços religiosos com a prerrogativa que estas provocam homens e precisam aprender a serem boas esposas e ter condutas passivas, o que faz com que muitas mantenham casamentos violentos, visto que ainda existe uma ideologia da mulher como sujeito que deve ser docilizado e adestrado.

As representações das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais, como espaços que reforçam a resignação feminina, parece não estar somente em boa parte da produção acadêmica sobre esse segmento, mas também no imaginário de alguns homens agressores. A igreja configura-se, então, como um “lugar permitido”, uma extensão da casa, um lugar que em princípio é visto como “seguro o suficiente” para seus parceiros as “deixarem” frequentar esse ambiente. (Sandra Duarte de SOUZA; Claudia Poletti OSHIRO, 2018, p. 2011).

Esta violência simbólica se dá por meio de uma estrutura social dominante que cria suas próprias leis e normas de convivência, que devem ser aceitas pacificamente por todos os cidadãos (Pierre BOURDIEU, 1989, p. 11). É esta lógica de pacificação que é produzida por ideologias dominantes para com sujeitos que se encontram na esfera social da pobreza e territórios periféricos, que se denomina de violência simbólica (Pierre BOURDIEU, 1989).

Como mostram os estudos de Fiorenza, especialmente no livro “En Memoria Del Ella” a imagem das mulheres foi apagada na história cristã, sendo que muitos homens como Judas, o grande traidor, são perpetuadas na memória do povo como “ferro em brasa”, enquanto mulheres são “esquecidas” (Maria José Fontelas de Rosado NUNES, 1992, p. 6). Esta é uma violência marcada na história, uma violência simbólica que ficou invisibilizada pelo poder dos homens no Cristianismo.



Ou seja, as engrenagens institucionais são violentas e, consequentemente, é imposto que determinados sujeitos se adequem às lógicas e regras sociais, criando uma cultura de massa (Angela CANIATO; Claudia Cotrim CESNIK; Samara Megume RODRIGUES, 2012).

Sendo assim, é importante e urgente repensar as instituições religiosas, que estas não devem estar atreladas às violências, mas podem ser espaços de renovação, de lutas por emancipação feminina construídas por meio de grupos relacionados à teologia da Libertação contra a opressão de mulheres, que são sistematicamente silenciadas e violentadas espiritualmente.

Mas, se determinados grupos anseiam por uma sociedade mais ética e humanizada, é importante também a compreensão de que muitas vezes estes anseios vão contra as lógicas de grupos dominantes que mantem as engrenagens do sistema e, assim, sujeitos oprimidos são excluídos. A partir do processo de eliminação sistemática, tornou-se “comum” os povos invisibilizados acreditarem e se responsabilizarem por sua própria exclusão e por suas situações de pobreza. Esta normalização da violência faz com que determinados grupos que vivem à margem do sistema criem tipos de crenças religiosas para que possam continuar existindo e sobrevivendo que Martin-Baró (2017) definiu como fatalismo.

Tanto Martin-Baró como Leonardo Boff são considerados grandes referências para o processo da Libertação de povos oprimidos, especialmente nas sociedades latinas em que ainda se perpetuam as relações de dominações patriarcais na sociedade (Ignacio MARTIN-BARÓ, 2017) e nos espaços religiosos (Leonardo BOFF, 1999).

Boff (1999) traz uma nova perspectiva da necessidade do cuidado ético a partir do olhar para o coletivo, pois acredita que este cuidado é “atravessado” pelo conceito filosófico de “ser e estar” no mundo, o que denota uma influência importante da relação ontogênica heideggeriana, ou seja, um cuidado que deve ser pensado de forma holística e ética, a partir do ser no mundo.

É este “ser no mundo” que viabilizará um processo libertador, ou seja, “Cuidar do outro é zelar para esta dialogação, esta ação de diálogo eu-tu, seja libertadora, sinérgica e construtora de aliança perene de paz e de harmonização.” (Leonardo BOFF, 1999, p. 75), o que corrobora



para o rompimento da violência social e, conseqüentemente, a quebra do ciclo do patriarcado.

Com isto, o objetivo do estudo é realizar uma reflexão teórica sobre como a participação de mulheres em movimentos da teologia feminista da libertação poderá ser um reforçador contra a lógica patriarcal que mantém as violências contra as mulheres.

O método a ser utilizado será por meio de estudos qualitativos relacionados com a Teologia da Libertação, assim como a Psicologia da Libertação, ambos atrelados à crítica ao patriarcado, que ainda se faz muito presente em espaços religiosos, tendo Leonardo Boff, Ivone Gebara e Martin-Baró como referenciais teóricos importantes que transitam em espaços do sofrimento ético-político, visto a importância da conscientização, emancipação e libertação social de povos oprimidos, especialmente mulheres.

1. A MISOGINIA E A RELAÇÃO COM O CRISTIANISMO

Muitas figuras femininas que surgiram a partir do Cristianismo, como Maria Madalena, Lilith, entre tantas outras que foram marginalizadas, foram sistematicamente transformadas, a partir da lógica patriarcal, em imagens de mulheres pecadoras que precisavam se arrepender de seus erros para alcançar a fé divina por meio de castigos (Felipe Lima da SILVA, 2018).

Uma das maiores “pecadoras” no imaginário social foi Maria Madalena, imagem esta que foi perpetuada pela Igreja Ortodoxa, mas que também foi a maior discípula dos ensinamentos de Jesus, sendo uma das referências na doutrina gnóstica e uma das figuras mais emblemáticas, sendo a mais citada no Pistis Sophia como a representante de maior sabedoria, mas que foi transformada em pecadora que precisava se redimir (Wilma Steagall de TOMMASO, 2006).

Desta forma, a cultura da violência não é algo da contemporaneidade, conforme mostram os estudos sobre o lugar da mulher a partir dos evangelhos gnósticos. Esta é uma parte da história do Cristianismo que foi deliberadamente apagada (Tatiana Kiyomi MORIYA, 2008).

É importante compreender que em vários Evangelhos, como nos Evangelhos de Matheus e de Maria Madalena, ela aparece como figu-



ra dominante nos aprendizados de Jesus, visto que foi a primeira a presenciar a ressurreição de Jesus, fatos que foram consistentemente “apagados” e negados pela Igreja Ortodoxa, pois esta não aceitava a figura da mulher como independente e ativa na sociedade, o que corrobora para a força do patriarcado na sociedade da época (Elda Cassia de LIMA, 2021, p. 146).

Este processo sistemático de apagar parte das histórias de mulheres pela Igreja se dá, em parte, por existir, no início do cristianismo, vários grupos de diferentes crenças, como os gnósticos, que traziam ideias como a importância das mulheres enquanto sacerdotisas e defendiam que a Igreja, como uma instituição, estava dentro de cada um, e não em um espaço físico (Ana Pinheiro dos SANTOS, 2007, p. 4), sendo estes conceitos não bem aceitos pelos grupos ortodoxos.

Muitos documentos da época do início do Cristianismo foram apagados pela Igreja, especialmente aqueles que fazem referência à importância e poder relacionados às figuras femininas, como os Evangelhos de Maria Madalena, que traz importantes conhecimentos gnósticos sobre seus aprendizados juntos a Jesus, que foram amplamente excluídos pela Igreja ortodoxa, por meio do discurso do Papa Gregório Magno no século VI d.C. (Ademilson Tadeu QUIRINO; José Geraldo DE GOUVEIA, 2022, p. 237), que atualmente pode ser considerado como uma forma de violência simbólica. Desta forma, mantêm-se as mulheres atreladas aos espaços de dominação masculina e opressão.

A figura de Maria Madalena foi submetida, na tradição cristã, a uma violência simbólica que desrespeitou a verdade do seu ser, roubando a sua identidade. E neste roubo, pela violência simbólica exercida sobre ela, as mulheres sofreram dominações por gerações, pois enxergou nela a imagem do pecado sexual que não se deve cometer. (Ana Pinheiro dos SANTOS, 2007, p. 34).

Entende-se que por meio dos evangelhos gnósticos as mulheres tinham um papel importante nas lideranças, sendo Maria Madalena uma mulher diferenciada nos conhecimentos perpetuados por Jesus (Ana Pinheiro dos SANTOS, 2007). Mas, se a mulher tinha um papel na liderança, por que este conceito foi negado?



Segundo Santos (2007), devido às violências cometidas com a imagem de Maria Madalena, a mulher torna-se compreendida no imaginário social como àquela que não pode viver de forma plena e liberta, sem direitos a viver uma sexualidade sem tabus.

Estas formas de violências física, psicológica, entre tantas outras que são direcionadas às mulheres, ainda se fazem presentes nas sociedades ocidentais patriarcais, pois quando estas se mostram ativas e empoderadas são julgadas, visto que há uma tendência da sociedade e de muitos grupos religiosos o desejo de calá-las.

A ideia que continua reverberando é que as mulheres ou transitam entre pecadoras que necessitam se arrepender ou são dóceis e santificadas (Heinrick KRAMER; James SPRENGER, 2023). Estes são processos de ações autoritárias que continuam a ocorrer em vários espaços, visto que, há uma necessidade de mostrar o poder que a Igreja tem em manter o povo sob seus domínios (Leonardo BOFF, 1994, p. 326,327).

Da mesma forma que ainda vinculam imagens e discursos de ódio relacionados à Maria Madalena, como figura vinculada a sexualidade “libertina” e a prostituição, outras figuras mitológicas cristãs encontram-se na mesma lógica misógina como Eva e Lilith, ambas vistas como representantes do que as mulheres não devem ser, ou seja, sedutoras, manipuladoras e não confiáveis, sendo está a representação social da imagem da mulher que é perpetuada desde as épocas do início do cristianismo.

Os teólogos medievais se basearam nessa narrativa para construir seus discursos misóginos e relacionar a mulher ao demônio. Eva é extraída de uma costela do homem e seu caráter de subordinação logo se configura. Ela é um subproduto da criação, enquanto o homem é criado diretamente por Deus. Eva, por ter sido criada da costela de Adão, faz que a mulher seja relacionada com o corpo, a carne, o sexo e ao pecado. O homem, por ter adquirido a vida por um sopro divino, estaria mais próximo a Deus e a tudo o que é espiritual. (Rodolpho Alexandre Santos Melo BASTOS, 2016, p. 74),

Assim como a imagem de Eva foi construída socialmente como figura passiva e submissa, ao mesmo tempo foi também a responsável pelo pecado original, visto que mitologicamente foi Eva a culpada pelo



ato do pecado. Desta forma, há que se refletir que se Deus diz crescer e multiplicai, em que consiste a culpa de Eva? (Johan KONINGS, 2018).

Foram estas as ideologias construídas por meio das raízes do patriarcado que manteve a lógica de como as mulheres eram vistas nas sociedades antigas, o que conecta para ações de violências e valores misóginos, que são ainda na atualidade, perpetradas por algumas instituições religiosas, que usam da palavra em “nome de Deus” para proferir diálogos em que a mulher precisa continuar sendo submissa em espaços sociais e principalmente no papel de esposa. E é em “nome de Deus” que as violências cometidas por homens são desculpabilizadas, pois toda a ação violenta é justificada pela crença de que estes homens se encontram dominados pelo mal (Claudia Maria Poletti OSHIRO, 2017, p. 107).

Foi em “nome de Deus” que a misoginia se fez cada vez mais onipresente pois, a ideia central que perpetuava e, ainda se mantém atualmente em muitas sociedades, é a representação da mulher como imagem vinculada ao mal, como mostram os relatos de Kramer e Sprenger (2023, p. 58,59).

São estes dualismos que foram construídos na trajetória histórica do Cristianismo, a partir da filosofia helenista, visto que a sociedade se encontrava permeadas de imagens dualistas entre bom e mal como: Adão e Eva, Homem e Mulher, Deus e Diabo. Desta forma, faz com que muitas mulheres sofram, ainda hoje violências, pois estas são associadas à profana e pecadora.

Esse sistema de dualidades presente no cristianismo – mas não só nele, em todo o pensamento ocidental – ainda condiciona profundamente a visão de mundo contemporânea, e é uma das causas que devem estar em pauta ao debater-se a crise ambiental global e as reações ainda hostis e temerosas quanto à libertação do corpo, da sexualidade e, principalmente, da mulher. (Emmanuel Ramalho de Sá ROCHA, 2016; Emmanuel RAMALHO, 2016, p. 344).

Esta perspectiva dualista foi amplamente difundida a partir da construção de determinados mitos religiosos cristãos, como o Mito de Lilith, que teria sido a primeira mulher de Adão, mas que devido sua presença marcante e natureza mais instintiva, especialmente nas relações sexuais com Adão, diferentemente de Eva, não aceitou o seu



lugar de passividade na relação com Adão, sendo assim expulsa do Eden (Barbara Black KOLTUV, 2017).

Esta visão dualista se faz presente na vida das mulheres que transitam entre a feminilidade ativa, sexualmente libertas e livres de tabus, a partir do arquétipo de Lilith (Barbara Black KOLTUV, 2017, p. 44,45), ao mesmo tempo em que sentem a culpa dos seus desejos internos, de poder vivenciar a liberdade, se colocando muitas vezes de forma passiva diante da culpa de centenas de “Evas” que são julgadas.

2. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE TEÓRICO-PRÁTICA CONTRA O PATRIARCADO

O processo de libertação não se faz apenas por meio de estudos ou conhecimentos teóricos, mas se realiza de forma prática quando se articulam movimentos sociais, associações de bairros, grupos eclesiais, grupos religiosos, entre tantas outras organizações sociais e ONGS, para que em conjunto possamos pensar a reconstrução de uma fé que seja emancipatória, com um olhar político libertário.

Mas antes da construção real de uma teologia que seja libertária, há que se pensar em um projeto voltado às necessidades de povos oprimidos, neste caso, de mulheres oprimidas (Leonardo BOFF, 2001, p. 41).

Há que se compreender que uma saúde mental tem seus atravessamentos em questões sociais, emocionais, psíquicas e espirituais, desta forma, não há como pensar em um processo de libertação sem a devida relação com a noção de pobreza e fragilidades sociais. Assim como, os sofrimentos psíquicos muitas vezes são gerados nestas circunstâncias de opressões sociais, há também um conjunto de sistemas que negligenciam o acesso à direitos humanos, que são invisibilizados pelo sistema capitalista (Leonardo BOFF, 2001, p. 77,78).

Da mesma forma que a fé deve ser emancipatória e libertária, a psicologia deve atuar em consonância às lutas sociais, de maneira a possibilitar uma reflexão crítica que permita que os sujeitos compreendam que as opressões sociais em que vivem estão relacionadas com aspectos históricos coloniais. Com esta nova consciência, o sujeito deverá se responsabilizar por sua vida, contra a lógica fatalista, ciente de que a violência social deixará de ser naturalizada, a partir do momento que estiverem em conjunto às lutas de classes.



Se o que queremos é contribuir verdadeiramente ao desenvolvimento da democracia, isto é, ajudar para que o povo governe a si mesmo, a primeira coisa que devemos fazer é assumir os seus interesses como próprios. Somente então nossos olhos poderão descobrir não apenas os véus que obscurecem a consciência popular e impedem que eles assumam as rédeas de seu próprio destino, mas também os véus que cobrem nosso próprio conhecimento e não nos permitem contribuir significativamente às lutas populares por justiça, paz e democracia. (Ignacio MARTIN-BARÓ, 2017, p. 54; Karina Oliveira MARTINS; Fernando Lacerda JUNIOR, 2018).

Mas esta não é uma tarefa simples, visto que tanto na psicologia, como no campo teológico, ainda existe um sistema patriarcal que impossibilita os processos de empoderamento do lugar de mulheres, como espaços de emancipação política e social. Há um processo de apagamento de nossos corpos, nossa sexualidade, nossos desejos de imperar em novos campos que sejam contrários aos moralismos e tabus construídos socialmente, mas que permita um lugar de escutas e de vozes que falam, vozes femininas que não querem ver seus corpos manchados de sangue (Ivone GEBARA, 2020).

Com isto, é relevante que se questione em como a Teologia da Libertação deverá se relacionar com as questões patriarcais e de violências contra a mulher?

É urgente que a teologia, especialmente da Libertação consiga traçar caminhos reais e possíveis, saindo do plano estritamente epistemológico, e estar diretamente associada aos grupos oprimidos, neste caso, mulheres que sofrem todas as formas de opressões, visto que o Cristianismo teve suas bases em construções patriarcais, de forma que a própria bíblia tem sido usada em muitos momentos como instrumento de violências às mulheres no campo religioso (Odja Barros SANTOS; André Sidnei MUSSKOPF, 2018).

Fiorenza (2000, p. 61, 62) traz várias discussões sobre o processo do patriarcado, na qual desenvolve o neologismo “kyriarcales” que explica ser o termo mais condizente do que o próprio patriarcado, pois legitima diversos sistemas que se interconectam produzindo construções ideológicas. Com isto, a Teologia da Libertação Crítica Feminista inicia uma compreensão não apenas dos dualismos existentes entre



macho/ fêmea, sagrado/profano, sendo que, as relações sociopolíticas-religiosas não se definem apenas nas relações com o sexo biológico, mas são “atravessadas” por questões de raça e cultura, sendo assim, o processo de dominação é uma relação sócio-histórica.

Desta forma, assim como o patriarcado se construiu com bases no campo do masculino, a religião, especialmente a Católica, sempre se definiu como majoritariamente feita por homens, como bispos, padres e a figura de maior reverência, o Papa.

Mas se há necessidade de se reconfigurar a área Teológica, por que não pensar em um Teologia independente dos poderes clericais, que possa se construir com novos conceitos, pensado na diversidade das necessidades humanas, de uma nova realidade que se faz presente, como as mulheres no direito de decidir sobre seus corpos, sobre a luta de emancipação feminina; uma Teologia da Libertação Feminina que seja Laica, ou seja, não apenas Libertadora e Feminina, mas Laica, no sentido de uma reconstrução dos direitos de produzir novos saberes de forma independente, voltado à todos que se sentem de alguma forma violentados por homens que produzem discursos patriarcais em espaços religiosos (Ivone GEBARA, 2011, p. 11, 12).

Este processo libertador para as mulheres não é algo que se inicia na atualidade, visto que muitas mulheres, já na Idade Média lutavam pelo direito de produzir seus conhecimentos e viver a sua espiritualidade de forma livre, sem a necessidade de uma relação com a Igreja ou de manter-se vinculadas à Ortodoxia Católica. Estas mulheres viviam em comunidades e se denominavam Beguinhas, pois acreditavam em uma Teologia Apofática, em que Deus está acima de tudo, e conseqüentemente acima da Igreja, o que na época foi considerada uma heresia (Leandro da Motta OLIVEIRA, 2018, p. 49).

Embora este movimento tenha sido de grande relevância para o processo de libertação das mulheres, no sentido de viverem a partir da crença do Livre Espírito, novamente a força do patriarcado masculino se fez presente, mostrando que mulheres não poderiam viver crenças que não estivessem em consonância com as regras do Catolicismo. Muitas foram julgadas e queimadas na Inquisição, como a grande referência ao movimento do Espírito Livre, Marguerite Porete que foi queimada



junto ao seu livro “O Espelho das Almas Simples” (Leandro Motta OLIVEIRA, 2018).

Porete, apesar de ter uma escrita complexa, desejava mostrar ao povo que existiam duas Igrejas, a pequena, que é a Instituição Católica, enquanto Razão, e a outra, que denominava a Grande Igreja, que é governada por cada um, ou seja, o Amor Verdadeiro, que quando se torna o nada, por meio de um Deus uno, não necessitando de Igreja, nem dos sermões, ou seja, é uma relação direta com Deus (Maria Simone Marinho NOGUEIRA, 2016).

Com isto, as mulheres no campo teológico, desde períodos medievais tem buscado formas diferentes no seu processo de libertação pois, apesar do cansaço de se depararem com situações de violências vinculadas à valores misóginos, há uma necessidade da realização de movimentos e grupos como formado para mulheres, com propostas para uma maior conscientização sobre a autonomia do feminino no campo religioso.

Da mesma forma que os grupos de clérigos, formadas por homens decidem e criam valores morais, há uma urgência de mulheres teólogas também serem vistas como referências em lideranças e criarem também regras e normas que se comuniquem às necessidades de grupos minoritários (Ivone GEBARA, 2011, p. 14).

3- DISCUSSÃO TEÓRICA

É necessária uma maior compreensão de que existe uma relação sócio-política relacionada às violências contra as mulheres, como mostra as estruturas coloniais e patriarcais. Desta forma, assim como a Teologia da Libertação deve ter um olhar para as questões feministas e as questões de Laicidade, a psicologia também precisar aliar-se à uma perspectiva decolonial, ou seja, uma psicologia que não seja neutra com as situações de mazelas e misoginias, muito menos que caminhe em conjunto aos grupos dominantes do patriarcado. (Ignacio MARTINBARÓ, 2017, p. 71). Pois, quando mulheres se tornam livres, a mãe terra se liberta (Alberto da Silva MOREIRA, 2012, p. 64).

Mas por que devemos unir a Teologia junto a Psicologia da Libertação?



Nós, somos seres complexos, com aspectos biológicos, sociais, psíquicos e espirituais, que estão continuamente sendo influenciados pela sociedade em que vivemos, uma sociedade que ainda repete padrões patriarcais, corroborando com a desvalorização dos Direitos humanos, especialmente as questões relacionadas à falta de diálogo com o povo sobre decisões nas instâncias de maior poder como os cleros (Leonardo BOFF, 1994 p. 70, 72), assim como a desvalorização da mulher nos espaços de poder na Igreja Católica.

Há que se compreender que Deus se fez homem, uma tradição historicamente construída no Cristianismo, desta forma, constituiu esta, algo que justifica a exclusão das mulheres em funções de poder na Igreja, o que também se tornou uma explicação para os homens que estão à frente em decisões, e irão buscar as medidas que lhes favoreçam, mantendo mulheres em funções e papéis subalternos (Leonardo BOFF, 1994, p. 72, 73).

Tanto Deus se fez homem, como o Deus fez o Homem, que não quer dizer Homem como figura masculina, mas como homem e mulher, o Uno, que se encontra em Genesis 1, mas muitos padres e cleros preferem a visão patriarcal, que está em Genesis 2, de que a mulher veio da Costela, ou seja, é inferior e deve submissão, sendo o homem a razão, quem decide, quem ocupa os espaços de poder (Jacques LE GOFF; Nicolas TRUONG, 2006, p. 52,53).

Toda esta violência ocorre de maneira semelhante à institucionalização pelo próprio Estado, como Martin-Baró (2017, p. 214, 215) retrata em seus estudos sobre a sistemática da guerra, que fere e aniquila a identidade de determinados povos, construindo mentiras coletivas, em que não há outra opção, se não acreditar, ou morrer como subversivo, em que a vítima em última instância é difamada em suas ações e memórias.

A violência institucionalizada não ocorre apenas em situações de guerras, mas a todo momento mulheres vivem violências simbólicas em espaços religiosos e, quando questionam determinados sistemas são vistas como rebeldes, pois a imagem que se construiu ideologicamente sobre o feminino mantém-se ainda vinculadas às imagens contraditórias entre Maria, a Grande Mãe, ou à outras figuras como Eva e Madalena, as rebeldes. Estas são construções sociais que foram fortemente perpe-



tuadas, especialmente na Idade Média, a partir do livro de julgamento da Inquisição “O Martelo das Feiticeiras” (Henrich KRAMER; James SPRENGER, 2023).

Estas construções sociais em que estruturaram a lógica patriarcal, é o que mantem um sistema dominante colonialista feito por homens e para homens, é o que legitimava a culpabilização e perseguição de determinados corpos na sociedade, na qual grupos como mulheres, crianças, negros e indígenas, que foram considerados como inferiores, o que justificou a ideologia do ódio. Estas se mantem fortemente presentes, mesmo atualmente. Esta é a lógica pela perspectiva do colonizador, o homem branco.

Celibato compulsório e perseguição às mulheres “bruxas” podem parecer distantes e medievais, longe da América, porém buscando um olhar histórico e crítico podemos observar como tais conceitos, dispositivos ou fenômenos que surgiram e varreram a Europa em fins da Idade Média e início da modernidade tiveram e tem repercussões dentro do projeto colonizador que aportou na América. A partir da colonização, as ideias de raça, gênero e classe foram sendo construídas junto da moral judaico-cristã que corroborou para que uma estrutura de poder e saber e de controle de corpos, sexualidades e intimidades (Erik Dorff SCHMITZ, 2023, p. 202).

Toda esta naturalização da opressão no Cristianismo pode se tornar geradora de sofrimento em uma população, critica já reforçada pelo Martin-Baró (1968/2015 citado por Ignacio MARTIN-BARÓ, 2017, p. 8).

Se existe sofrimento social e psíquico no campo do feminino, há que existir um trabalho que possa ultrapassar as barreiras do Teológico, no sentido de um cuidado à saúde mental destas mulheres.

Como cuidar da saúde mental e fortalecer emocionalmente estas mulheres?

Um trabalho psicológico deve estar atento as fragilidades humanas e o sofrimento ético-político de povos oprimidos, neste caso, mulheres oprimidas e violentadas espiritualmente.

O mais “natural” é que o profissional da saúde quando se depara com sofrimento humana realize diagnósticos e intervenções medicamentosas, o que se pode dizer que é um viés positivista da saúde, es-



pecialmente da psicologia, que se tornou durante muito tempo aliada aos valores capitalistas, permanecendo ainda hoje no silêncio “ensurdecedor”, diante de sofrimentos e opressões que são reflexos de uma sociedade patriarcal, que invisibiliza o poder da fala de mulheres (Edgar Barrero CUELLAR, 2014, p. 12).

De forma semelhante, Falls Borda, sociólogo que acreditava uma teoria sociológica diferenciada, que esteja em consonância com as questões de cada região, defendia a importância de uma autonomia de cada povo, no sentido de uma construção de uma sociologia da libertação do colonialismo, por meio de uma nova perspectiva que possibilitasse a desalienação (Edgar Barrero CUELLAR, 2014, p. 14).

Neste sentido, Falls Borda acreditava que “Em termos gerais, compreende-se a libertação como um projeto subversivo, como uma utopia que estimula as possibilidades de transformar a realidade injusta do sistema capitalista e, assim, superá-lo.” (Breno BRINGEL; Efendy Emiliano MALDONADO, 2016, p. 403).

Se o processo de libertação pode ser compreendido como uma forma de subversão, há que se considerar mulheres subversivas como mulheres livres.

A liberdade em muitos momentos dói, machuca, visto que para que se consiga encontrar os caminhos da libertação, compreendida muitas vezes como utópica, há que ser um pouco Maria Madalena, Joana Darc, Lilith, M. Porete, entre tantas que se viram julgadas e difamadas, tendo seus corpos queimados, violentados, suas almas invadidas. Uma violência legitimada em Nome de um Deus criado por homens, um Deus que pune.

Será que este Deus patriarcal que se fez homem para os homens é o mesmo Deus que uma mulher em suas orações pensa quando implora por menos violência?

Esta é uma das questões retratadas sobre o conceito de Deus, a partir do Antigo Testamento, que mostra uma perspectiva de um Deus que é vingativo, que perpetua o medo na população judaica, que se dá por meio da Teologia da Javé (Shigeyuki NAKANOSE; Maria Antônia MARQUES, 2020, p. 75).

Desta forma, a Teologia não poderá se esquivar de que há uma dívida que deverá ser paga por tantos corpos que foram violentados,



da mesma forma, a psicologia, que por muito tempo se utilizou de ferramentas positivistas para criar diagnósticos de “anormalidades” para àqueles que não se enquadravam nos padrões esperados, assim como tratamento de questões consideradas amorais, fazendo com que a psicologia estivesse a serviço de grupos dominantes, atuando de forma elitista (Fernando Lacerda JUNIOR, 2013).

Tanto a área da Teologia, como a Psicologia, tem na sua trajetória histórica o desenvolvimento de teorias eurocêntricas que foram mantidas como formas de conservação de estruturas de poder, poder que deveria ser usado em prol do povo e para o povo, mas que se manteve com uma estrutura patriarcal colonialista, como no Brasil, em que há a história de violência de determinadas populações que foram marcados “a ferro”.

Esta é uma crítica importante realizada por Guareschi (2022, p. 59, 60) que, enquanto a psicologia é compreendida como ciência, necessita corroborar com desenvolvimento de Teorias universalistas neutras, pois quando se pensa em uma psicologia voltada para uma Libertação, há uma tendência de grupos dominantes continuarem perpetuando uma visão positivista, em prol da continuidade da opressão e uma ética capitalista.

Muitos momentos históricos como a Revolução Cubana ofereceram aos estudiosos e psicólogos novos subsídios para a compreensão de uma Psicologia Decolonial, e que possibilitasse a Libertação, ou seja, pensada e estruturada a partir de uma realidade própria e específica, diferentemente de uma Psicologia Universal Eurocêntrica, que tem em suas bases a colonização e o Capitalismo (Fernando Lacerda JUNIOR, 2015).

Desta forma, assim como Psicologia da Libertação entende a importância de uma psicologia decolonial, a Teologia da libertação é pensada a partir de grupos excluídos e marginalizados, pois entende que a fé deve oferecer condições de grupos oprimidos saírem do lugar de invisibilidade e se sentirem pertencentes e autônomos (Marcelo CAMURÇA, 2013).

É necessário refletir sobre os caminhos realmente possíveis para uma Libertação no campo do feminino. Para se construir uma Libertação contra a ótica patriarcal é importante a união da Psicologia com um diálogo sobre as fragilidades sociais, sem uma perspectiva neutra, pois não há como ser “neutra” diante de mazelas e sofrimento humano



advindo de opressões (Ignacio DOBLES, 2022, p. 174). Uma psicologia que tenha condições de ouvir e aceitar os recursos e potencialidades dos espaços femininos e feministas, ocupando novos lugares, com grupos de feministas, lésbicas, mulheres rurais, negras e quilombolas (Ignacio DOBLES, 2022, p. 177).

De forma semelhante, a Teologia da Libertação dever ter um direcionamento Laico, a Teologia enquanto práxis deve se aliar aos processos históricos e políticos, pois não há como falar de Fé Cristã sem se referenciar ao processo de Libertação de Jesus de Nazaré, assim como o aspecto político das ações de Jesus, visto que “(...) a teologia, enquanto intelecção da práxis do reino e enquanto atividade teórica específica, é uma atividade social e política.” (Francisco de AQUINO JUNIOR, 2008, p. 108).

Esta é uma perspectiva corroborada por Dobles, (2022, p. 176), que enfatiza a necessidade do processo libertador das opressões de “Faraós”, e esta libertação só será possível, a partir da relação da conscientização de povos por meio de uma teologia política, utilizando de uma releitura marxista da Bíblia (Eliete Ávila WOLFF), em prol das mulheres oprimidas pelo Cristianismo.

A teologia deverá desenvolver junto aos grupos sociais, ONGs e comunidades eclesiais de base uma visão crítica sobre as questões políticas e sociais, esta é uma práxis que se faz necessárias, de forma a fortalecer e permitir um empoderamento de populações oprimidas (Alberto da Silva MOREIRA, 2012).

De forma semelhante, como mulheres que foram violentadas, visto que, a própria Igreja em sua constituição se deu de forma violenta com grupos minoritários e mulheres, assim como valores misóginos que estão diretamente relacionadas às ideologias sobre o lugar da mulher, desde o período do início do Cristianismo, trazendo referenciais de julgamento do feminino às figuras de Maria Madalena, Eva, Lilith, assim como outras figuras esquecidas (SOUSA, Renata Floriano de; VICENTE, Vladimir de Souza; Edla EGGERT, 2020, p. 84; Ane Caroline Moraes de ASSIS; Bruno Gustavo MUNERATTO, 2013).

É urgente pensar em uma Teologia da Libertação que possa ampliar sua práxis de maneira a compreender as interferências de aspectos



sociais e políticos, assim como outros teóricos da Libertação, como Martin-Baró e Paulo Freire que desenvolveram teorias em prol da emancipação sociopolítica de povos Latinos. Mesmo hoje, estes povos ainda vivem uma opressão que é histórica, reflexos de uma dependência colonial que continua reverberando por meio das raízes do Capitalismo Americano, desta forma, não é “piegas” falar em Libertação (Pedrinho A. GUARESCHI, 2022, p. 56,57).

Desta forma, a revolução é possível por meio de uma práxis social em que se possa se fazer a verdadeira utopia. (Enrique DUSSEL, 2000, p. 566), e assim “Para que a utopia seja possível, é preciso mediá-la com projetos e programas concretos de ação. Estes programas iniciam-se por urna análise cuidadosa (militante, de expertos, cientistas críticos etc.) das circunstâncias reais, objetivas, que constituem o contexto da ação próxima possível.” (Enrique DUSSEL, 2000, p. 564).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, não há como pensar em uma verdadeira libertação social das mulheres antes de uma mudança pragmática e cultural em nossa sociedade, visto que ainda reverberam crenças e ideologias voltadas para a culpabilização das vítimas de violência, especialmente quando estas são as mulheres, que são oprimidas ainda com discursos de ódio que são reflexos do “nosso” patriarcado, posto que somos um país que foi colonizado a partir da trajetória de catequização, que se deu por meio da violência e do machismo.

Desta forma, entende-se que as Igrejas têm uma função primordial neste processo de desconstrução de crenças e valores patriarcais que corroboram para a violência contra as mulheres, que poderá se dar por meio de uma práxis em conjunto com grupos sociais e movimentos de mulheres por meio da Teologia da Libertação Feminina Laica.

É necessária a construção de grupos de mulheres em espaços de Igreja, no sentido de desenvolverem um diálogo em prol da conscientização sobre a liberdade de corpos femininos e a importância da compreensão de que o “nosso corpo” é um espaço político-democrático de nossos direitos enquanto cidadãs. A partir desta conscientização do direito às escolhas, a compreensão de que é urgente que



nossa voz deve ser ouvida e respeitada, assim como nossas histórias de luta, a utopia poderá ser conquistada e deixará de ser apenas um sonho.

Há que se pensar que esta práxis em prol de um discurso feminino para a verdadeira libertação histórica não será feita de maneira rápida, visto que a própria mulher, em muitos momentos, traz consigo crenças patriarcais, pois ouviu e cresceu com estes valores. Sendo assim, o processo de desconstrução destas crenças deverá estar aliado a uma vertente da psicologia da Libertação, que será importante, no sentido de uma práxis que tenha como proposta uma reconfiguração cultural, não apenas uma nova consciência, mas uma mudança de paradigmas.

E, assim, “caminhando contra o vento”, mas sempre em busca de uma estrada que preze pela democracia e direitos humanos de grupos minoritários, entendemos que mulheres podem ser verdadeiras líderes em espaços Teológicos Laicos, como grupos de mulheres periféricas, mulheres camponesas, mulheres indígenas, quilombolas, que, em conjunto, poderão traçar objetivos e práticas libertadoras para suas comunidades.

Desta forma, pode-se pensar em uma revolução em que as armas poderão ser transformadas em diálogos libertadores, e a revolução não precisará ser sinônimo de violência, mas de novas democracias em prol dos direitos das mulheres enquanto cidadãs. Esta é a verdadeira utopia: a revolução pela libertação.

REFERÊNCIAS

- AQUINO JUNIOR, Francisco. Teologia e Política. **REVER**, p. 92-118. Mar. 2008.
- ARANTES, Isabella Lopes de. **Fatalismo e Conscientização**: narrativas de cinco mulheres do extremo leste de São Paulo sobre Feminismo. 149 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2022.
- ASSIS, Ana Caroline Moraes de; MUNERATTO, Bruno Gustavo. Gení apedrejada, Madalena arrependida e Maria santificada: relações entre a misoginia no imaginário cristão e o respaldo ideológico na perpetuação da violência contra a mulher. *Diálogos Acadêmicos*, volume. 2, n. 2. 2013.
- BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo. Ressonâncias Medievais no Feminino Contemporâneo: Os Modelos de Feminilidade do Medievo e sua relação com a Violência contra as Mulheres. **Mandrágora**, volume. 22, n. 2, p. 67-89. 2016. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v22n2p67-89>



BASTOS, Jacqueline Silva; ARAUJO, Orlando Luiz de. A Condição Humana nos Mitos de Lilith, Eva e Pandora. **Encontros Universitários da UFC**, volume.5, n.3. 2020.

BICALHO, Elizabete. **A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: Mulheres Pentecostais e Carismáticas**. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.

BOENAVIDES, Débora Luciane Porto. Resignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. **Revista Estudos Feministas**, volume. 27, n. 2. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248405>

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis: Multinova. 1999.

_____. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, volume.7, n.1. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21832>.

CAICEDO-ROA, Monica *et al.* Queima às bruxas: feminismo e feminicídios íntimos por quemadura em uma metrópole brasileira. *Ciência e Saúde Coletiva*, volume. 27, n.2. fev./ 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202272.45522020>

CAMURCA, Marcelo. Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos. *ComCiência*, Campinas, n. 146, mar. 2013. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000200008&lng=pt&nrm=iso

CANIATO, Angela; CESNIK, Claudia Cotrim; RODRIGUES, Samara Megume. A captura da subjetividade pela violência simbólica da indústria cultural: da submissão à culpabilidade dos indivíduos. *Psicologia USP*, volume.23, n.4. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000400003>

CUELLAR, Edgar Barrero. Para un hombre nuevo, una nueva psicología: la psicología de la liberación. Del Che Guevara a Martín-Baró. In: CUELLAR, Edgar Barrero (coord). 2º ed. **El Che en la Psicología Latinoamericana**. Bogotá: ALEFPSI. Editorial, 2014.

DOBLES, Ignacio. Psicologia da Libertação: Condições de Possibilidade. In: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). 3ª ed. *Psicologia Social Para a América Latina. O Resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alinea. 2022. Cap.8. p. 165-180.

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação. Na Idade da Globalização e da Exclusão. Petrópolis: Vozes. 2000.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Aborto, Militância e Subjetividade. *Revista Estudos Feministas*, n. 28, volume. 2. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n258758>

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. 2ª edição Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.



FIORENZA, Elisabeth Sghussler. **Cristología Feminina Crítica Jesús, Hijo de Miriam, Profeta de la Sabiduría**. Madrid: Editorial Trotta. 2000.

GEBARA, Ivone. **Católicas por el Derecho a Decidir. Tejiendo Sentidos**. In: Seminário Internacional San Pablo. Brasil: Doble Clic. 2011.

_____. Teologia da Libertação e as mulheres. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/61023>

GOUVEIA, José Geraldo de.; QUIRINO, Ademilson Tadeu. A apóstola Maria Madalena: o primado da escuta e do amor. **Mandrágora**, volume.28, n. 2, p. 227-244.2022. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v28n2p227-244>

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Pressupostos Epistemológicos Implícitos no Conceito de Libertação. In: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). 3ª ed. **Psicologia Social Para a América Latina. O Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Editora Alinea. 2022. Cap.2. p. 49-64.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo. Políticas Arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2018.

KOLTUV, Barbara Black. **O Livro de Lilith. O Resgate do Lado Sombrio do Feminino Universal**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix. 2017.

KONINGS, Johan. A maçã do paraíso. Sobre Gn 3,1-24. **Estudos Bíblicos**, volume.35, n. 140, p. 440-450, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/45>

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. 32º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2023.

LACERDA JUNIOR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 3, p. 216-263. 2013.

LACERDA JUNIOR, Fernando. Insurgency, Theoretical Decolonization and Social Decolonization: Lessons From Cuban Psychology. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 3, n. 1, p. 298-323. 2015.

LE GOOF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

LIMA, Elda Cassia de. Maria Madalena: paradigma da missão das mulheres na Igreja. **Estudos Bíblicos**, São Paulo, volume.37, n. 143, p. 144-153, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/5>

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JUNIOR, Fernando. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, volume.11, n. 2, p. 221-235, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000200004&lng=pt&nrm=iso



MOREIRA, Alberto da Silva. Contribuições da Teologia da Libertação para os Movimentos Sociais. *Caminhos- Revista de Ciências da Religião*, volume.10, n. 2. 2012.

Disponível em: <https://doi.org/10.18224/cam.v10i2.2453>

MORIYA, Tatiana Kiyomi. **O evangelho de Maria e a participação feminina nas comunidades gnósticas cristãs do II século**. 2008. 84 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *o poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

NAKANOSE, Shigeyuki; MARQUES, Maria Antônia. Um Deus ciumento e vingativo.: Uma leitura de Dt 13,7-12. *ESPAÇOS - Revista de Teologia e Cultura*, [S. l.], volume.28, n. 1, p. 65–76, 2020. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/719> Acesso em: 30 jun. 2023.

NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. Lá onde estava antes de ser: Marguerite Porete e as Almas Aniquiladas. *Scintilla- Revista de Filosofia e Mística Medieval*, v. 13, n. 2. 2016.

OLIVEIRA, Leandro da Motta. **Marguerite Porete e as Beguínas: a importante participação das mulheres nos movimentos espirituais e políticos da Idade Média**. 2018. 124 f., Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018

OSHIRO, Claudia Maria Poletti. *Violência de Gênero e Religião: Uma Análise da Influência do Cristianismo em Relações Familiares Violentas a partir de Mulheres Acolhidas nas casas de Abrigo Regional Grande ABC e de Homens Autores de Violência Doméstica*.120 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2017.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017.

QUIRINO, Ademilson Tadeu; DE GOUVEIA, José Geraldo. A Apóstola Maria Madalena: O Primado da Escuta e do Amor. *Mandrágora*, volume. 28, n. 2, p. 227-244. 2022.

RAMALHO, Emmanuel. Raízes culturais do pensamento dualista cristão: Uma análise ecofeminista. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, [S. l.], volume.7, n. 2, p. 336–346, 2016. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1133>

ROCHA, Emmanuel Ramalho de Sá. As Raízes das Relações de Poder sobre a Mulher e a Natureza no Cristianismo. **PARALELLUS. Revista Eletrônica em Ciências da Religião**, volume.7, n.14, p. 155-167. 2016.

ROSADO NUNES, Maria José F. De Mulheres e de Deuses. **Revista Estudos Feministas**, volume 0, n.0. 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna. 1987.

SANTOS, Ana Paula dos. Maria Madalena no Cristianismo Primitivo. Desafios para reflexões Cristas Modernas. **Revista Caminhando**, volume. 12, n.20, p. 29-42.jul/dez.2007.

SANTOS, Odja Santos; MUSSKOPF, André Sidnei. Interpretação Bíblica: Raízes Patriarcais e Leituras Feministas. **INTERAÇÕES**, volume.13, n. 24, p. 334-354. Ago.Dez.2018.



SCHMITZ, Erick Dorff. Sexualidade Sob Controle: Cristianismo e Colonização. **Revista Mosaico**, volume. 16, p. 201-208. 2023.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-Cadernos CES**, v.18. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>

SILVA, Felipe Lima da. Representações do Figural Feminino: Antônio Vieira e a Doutrina dos Arquétipos – Pandora, Eva e Ave Maria. **Revista Desassossego**, [S. l.], volume.9, n. 18, p. 20-29, 2018. DOI: 10.11606/issn.2175-3180.v9i18p20-29. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/130978>.

SOUZA, Sandra Duarte De. Mulheres Evangélicas e Violência Doméstica: O que o Poder Público e a Igreja têm a ver com isso? **Caminhos- Revista de Ciências da Religião**, volume. 16. 2018.

SOUSA, Renata Floriano de; VICENTE, Vladimir de Souza; Edla EGGERT. **Maria Madalena: múltiplas representações**. Porto Alegre: Fundação Fenix. 2020.

TEAGALL DE TOMMASO, Wilma. Maria Madalena nos Textos Apócrifos e nas Seitas Gnósticas. **Último Andar**, [S. l.], n. 14, p. 48–59, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/12896>.

VÈRGES, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Editora Ubu. 2020.

WOLFF, Eliete Ávila. Uma Psicologia para América Latina. In: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). 3ª ed. **Psicologia Social Para a América Latina. O Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Editora Alinea. 2022. Cap.5. p. 101-120.

Submetido em: 8-8-2023

Aceito em: 30-11-2023